



AMAZÔNIA

Sugestão do embaixador: retirar a verba dos EUA do projeto ecológico.

O embaixador norte-americano no Brasil, Robert Sayre, enviou ao Departamento de Estado um telegrama confidencial, sugerindo que o governo dos Estados Unidos cancele a concessão das verbas para financiamento da pesquisa biológica que cientistas brasileiros e norte-americanos pretendem iniciar na floresta amazônica, em fevereiro.

A pesquisa prevê o isolamento de 67 áreas florestais, de diversos tamanhos, num total de 16 mil hectares, para permitir o estudo da interação das diversas espécies biológicas, e determinar qual o tamanho mínimo de uma área de floresta tropical que permite a renovação das espécies biológicas que a floresta abriga.

Coordenado pela Organização Ecológica Internacional "World Wildlife Fund", o projeto receberá recursos de outras organizações científicas, da "Smithsonian Institution" e dos governos brasileiro e norte-americano.

Por intermédio do Departamento do Interior norte-americano e da Comissão Nacional do Homem e da Biosfera, os cientistas brasileiros e norte-americanos esperam receber, a partir do segundo ano de duração do projeto, quase um milhão de dólares por ano em verbas oficiais do governo dos Estados Unidos. No primeiro ano do programa, a contribuição do governo norte-americano dificilmente ultrapassará 100 mil dólares. Este é o mais ambicioso projeto de pesquisa ecológica jamais tentado pelo homem. Sua duração prevista é de 10 a 20 anos, e as contribuições que ele pode trazer ao conhecimento da humanidade são literalmente imponderáveis.

As razões apresentadas pelo embaixador Robert Sayre para opor-se à participação norte-americana neste projeto de esforço conjunto demonstram que o diplomata norte-americano tomou sua decisão sem ter-se informado devidamente sobre o programa. Sayre não faz no telegrama qualquer menção de eventual oposição de autoridades brasileiras à implementação do programa de pesquisas que possa ter sido levada ao seu conhecimento, mas adota uma atitude de extrema cautela, lembrando que a discussão das questões amazônicas é área considerada sensível pelo governo brasileiro, e que o envolvimento de estrangeiros na região amazônica sempre provoca reação negativa na imprensa. Sayre diz também, no telegrama, que é prematuro os Estados Unidos comprometerem verbas oficiais, porque ainda não houve uma reação positiva ou negativa do que chama de "nível político" do governo brasileiro. Sugerindo que a concessão de verbas oficiais seja suspensa, Sayre propõe também que nenhum programa desse tipo seja estabelecido sem a permissão explícita da Embaixada norte-americana em Brasília.

Enquanto, porém, o governo brasileiro, aparentemente, não faz objeções a que cientistas estrangeiros, enquanto cidadãos particulares, façam pesquisas em

território nacional, é bastante duvidoso que as autoridades brasileiras vejam com bons olhos o envolvimento de representantes de um governo estrangeiro num projeto que pretende ser um exercício de ciência pura, sem a mais ligeira conotação política. Os organizadores do projeto tentam mesmo canalizar os recursos públicos norte-americanos que devem ser empenhados no programa por intermédio de comissões e fundações de defesa ecológica, numa tentativa de disassociá-lo de sua fonte real, para não ferir suscetibilidade no governo brasileiro, e para garantir a independência política do projeto.

No telegrama datado de 16 de janeiro de 1979, Sayre afirma que o momento não é oportuno para dar início a projetos dessa natureza, porque, "embora saibamos que Tom Lovejoy (o diretor norte-americano do projeto) representa o 'World Wildlife Fund', houve na imprensa brasileira referência ao noticiado projeto com implicações de que o governo norte-americano "estaria se envolvendo na Amazônia". O embaixador norte-americano lembra na mensagem recente o cancelamento de um simpósio de biologia em Manaus e sua transferência para Caracas, (na verdade, o simpósio foi transferido para La Guaira, Macuto, Venezuela), e diz que a reportagem publicada recentemente pela revista "Newsweek" sobre a Amazônia não ajudou a tornar a atmosfera no Brasil mais favorável a projetos de pesquisa da Amazônia.

Os cientistas que organizam o projeto, por sua vez, afirmam que um adiamento provavelmente condenaria todo o programa, pois isso implicaria a alteração das condições atuais.

O embaixador afirma também que um projeto desse tipo teria de ser desenvolvido dentro dos parâmetros do acordo bilateral para incentivo à pesquisa científica ou para pesquisas agrícolas. O Departamento do Interior norte-americano, porém, em cumprimento de legislação específica, pode liberar essas verbas sem o "Placet" do Departamento de Estado, mas apesar disso, os cientistas norte-americanos e brasileiros envolvidos no projeto têm mantido a National Science Foundation e as autoridades consulares norte-americanas responsáveis pela administração dos acordos bilaterais informadas sobre o andamento do projeto.

O embaixador Sayre diz também que um programa dessa natureza teria de ser feito em colaboração com os órgãos oficiais brasileiros responsáveis pela defesa do meio ambiente, sem levar em conta o fato de que o projeto conta com a aprovação e com a colaboração do IBDF, do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Secretaria especial da Presidência da República para a defesa do meio ambiente, da Fundação Nacional para a Defesa da Natureza, do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Aqui, uma lembrança: o projeto não é perigoso.

"O projeto do World Wildlife Fund (WWF) — que pretende estudar os Ecossistemas da Amazônia e os meios de sua preservação — não fará mal algum à floresta, nem afetará o conceito de segurança nacional", disse em Manaus o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Warwick Kerr, ao analisar a decisão do embaixador norte-

americano no Brasil de sugerir ao Departamento de Estado de seu país a suspensão da ajuda financeira para a execução do projeto.

Kerr explicou que o WWF tem fundos próprios, podendo dispensar recursos oficiais, mas admitiu que uma decisão do governo brasileiro comprometeria o projeto: "O que poderá ocorrer é o governo brasi-

leiro, simplesmente, proibir a realização de pesquisas científicas de qualquer natureza na Amazônia, por razões óbvias, envolvendo estrangeiros".

Mas insiste em dizer que o projeto do WWF não apresenta perigos e é importante "para a ciência e para o futuro da Amazônia". "O que está acontecendo", afirma o professor

Kerr, "é que o projeto do professor Tom Lovejoy está sendo confundido com os tais contratos de risco para exploração florestal da Amazônia. Não é nada disso. Ele visa apenas observar as espécies existentes, sem retirar material da floresta e do solo, e analisar os animais" que podem sobreviver em determinados espaços delimitados de floresta.